

**HABEAS CORPUS Nº 567.760 - PR (2020/0072113-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**IMPETRANTE** : GILBERTO CARLOS RICHTHCIK  
**ADVOGADO** : GILBERTO CARLOS RICHTHCIK - PR040813  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
**PACIENTE** : ABEL DA CRUZ AGOSTINHO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de ABEL DA CRUZ AGOSTINHO contra acórdão proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, no julgamento da Revisão Criminal n. 0041460-82.2019.8.16.0000.

O paciente foi condenado a 12 (doze) anos de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, inciso II, do Código Penal. De acordo com os autos, no dia 30 de julho de 2005, ele desferiu golpes na cabeça de Ivoney Cabral da Silva, causando-lhe a morte.

Após o trânsito em julgado da sentença condenatória, a defesa ajuizou revisão criminal, buscando, em suma a anulação do julgamento porque não teria comparecido à sessão plenária por ter sido intimado por edital. O pedido foi julgado improcedente, nos termos da seguinte ementa (e-STJ, fl. 28):

*REVISÃO CRIMINAL DE SENTENÇA – HOMICÍDIO QUALIFICADO – MOTIVO FÚTIL – PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA – MATÉRIA AFETA AO JUÍZO DE EXECUÇÃO PENAL – IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO – ARGUIÇÃO DE NULIDADE DA INTIMAÇÃO POR EDITAL – NÃO OCORRÊNCIA – ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO DO RÉU SEM COMUNICAÇÃO JUDICIAL – MÁCULA GERADA PELA PRÓPRIA DEFESA – PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO - REVISÃO CRIMINAL PARCIALMENTE CONHECIDA E, NA PARTE CONHECIDA, JULGADA IMPROCEDENTE*

Nesta impetração, a defesa alega ocorrência de nulidade absoluta, decorrente do fato de ter havido substabelecimento dos poderes por parte do defensor dativo, de modo que os atos processuais foram realizados por patrono sem poderes para atuar no feito.

De acordo com o impetrante, *a advocacia dativa é um munus público e não poderia dito profissional ter substabelecido poderes que sequer detinha, uma vez que a incumbência atribuída ao primeiro é intransferível e pessoal* (e-STJ, fl. 12).

Diante disso, requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que sejam anulados todos os atos desde o substabelecimento ao advogado dativo.

É o relatório. **Decido.**

A concessão de liminar em *habeas corpus* não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto. Exige-se, para sua concessão, a presença simultânea da plausibilidade jurídica do pedido e a possibilidade de lesão irreparável ao direito tutelado, situações não verificadas, de plano, nestes autos.

A questão trazida neste *habeas corpus* não foi previamente debatida pelo Tribunal de origem, que, ao julgar o pedido revisional, limitou-se a analisar a arguição de intimação por edital e o pedido de justiça gratuita.

Como é cediço, a ausência de prévia manifestação das instâncias ordinárias sobre os temas discutidos no *mandamus* inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça, porquanto estar-se-ia atuando em patente afronta à competência constitucional reconhecida a esta Corte, nos termos do art. 105 da Carta Magna.

Ao ensejo, confirmam-se os seguintes precedentes:

*PROCESSUAL PENAL E PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. INSTRUÇÃO DEFICIENTE. AUSÊNCIA DE CÓPIA DO ACÓRDÃO IMPUGNADO. PROVA DEVE SER PRÉ-CONSTITUÍDA. IMPOSSIBILIDADE DE PROSSEGUIR NA ANÁLISE DO PLEITO. VEDAÇÃO À SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO. 1. É pacífico o entendimento desta Corte Superior que o habeas corpus, porquanto vinculado à demonstração de plano de ilegalidade, não se presta a dilação probatória, exigindo prova pré-constituída das alegações, sendo ônus do impetrante trazê-la no momento da impetração, máxime quando se tratar de advogado constituído. 2. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 390.108/RJ, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 28/3/2017, DJe 4/4/2017)*

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. PERICULOSIDADE CONCRETA DO RECORRENTE. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. REITERAÇÃO DELITIVA. TRANCAMENTO DA AÇÃO. DESNECESSIDADE. INCOMPETÊNCIA DE JUÍZO. SUSPEIÇÃO DE AUTORIDADE POLICIAL. SUSPEIÇÃO JUÍZO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ALEGAÇÃO DE EXCESSO DE PRAZO PARA FORMAÇÃO DE CULPA. NÃO VERIFICADO. RECURSO ORDINÁRIO DESPROVIDO. I - (...). III - As teses relativas à incompetência da 17ª Vara Criminal para atuar no feito, à nulidade do procedimento investigatório em razão da suspeição da autoridade policial, e à suspeição do magistrado singular não foram debatidas no Tribunal de origem, razão pela qual fica essa corte impedida de se antecipar à matéria, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância. IV - O trancamento da ação penal constitui medida excepcional, justificada apenas quando comprovadas, de plano, sem necessidade de análise aprofundada de fatos e provas, a atipicidade da conduta, a presença de causa de extinção de punibilidade, ou a ausência de indícios mínimos de autoria ou prova de materialidade. V - (...). (RHC 93.601/AL, Rel. Ministro FELIX FISCHER, Quinta Turma, julgado em 24/4/2018, DJe 2/5/2018).*

Não se pode descurar, por fim, que admitir a análise direta por esta Corte de eventual ilegalidade não submetida ao crivo do Tribunal de origem denotaria patente desprestígio às instâncias ordinárias e inequívoco

# *Superior Tribunal de Justiça*

intento de desvirtuamento do ordenamento recursal ordinário, o que efetivamente tem se buscado coibir.

Portanto, com fundamento no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indefiro liminarmente** o presente recurso ordinário em *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 22 de março de 2020.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator